

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2017

TIPO: Menor Preço Global

N.º PROCESSO: 18/2017

**TOMADA DE PREÇOS PARA A
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
PRESTADORA DE SERVIÇOS
DE ASSESSORIA E
CONSULTORIA TÉCNICA,
PARA O MUNICÍPIO DE
TOROPI/RS.**

OBS: *Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação e publicação.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE TOROPI, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 14:00hs, do dia 01 de março de 2017, na Sala de Reuniões da Comissão de Licitações, da Prefeitura Municipal de Toropi, sito na Rua Fernando Ferrari, nº 235, se reunirá a Comissão Permanente de Licitações, com a finalidade de receber documentação de habilitação e Propostas Financeiras, objetivando a contratação de empresa prestadora de serviços de Assessoria e Consultoria Técnica pelo tipo de MENOR PREÇO GLOBAL .

1. OBJETO

1.1 Contratação de serviços técnicos profissionais especializados para a prestação de serviços de consultoria, assessoria, prestação de contas de convênios junto ao Governo Federal e Estadual, monitoramento a operacionalização dos sistemas de transferência de recursos (SINCOV, FNS/SISMOB, SIMEC/PAR) com objetivo de captar recursos para a realização de obras e serviços e aquisição de equipamentos para a população do Município de TOROPI – RS.

1.2 JUSTIFICATIVA

A implementação de assessoria junto à captação de recursos tem como propósito, trazer resultados em qualidade e valores a todos os envolvidos nos convênios e projetos de trabalho

junto ao Governo Federal e/ou Estadual, auxiliando os executivos, administradores e profissionais, mas, principalmente, aos cidadãos.

1.3 DEFINIÇÃO PRECISA DO OBJETO:

- * Levantar as demandas e elaborar o planejamento, verificando todas as metas previstas nos instrumentos fiscais PPA, LDO e LOA e analisar quais são passíveis de enquadramento dos editais, resoluções, chamamentos ou qualquer ato emitido pelo ente federal para apresentação de projetos;

- * Apresentação ao Prefeito, Assessoria de Planejamento e Gestor de Convênios relatórios mensais sobre o andamento dos trabalhos e tramitação dos projetos;

- * Acompanhamento permanente da tramitação de convênios, sendo prazos de execução, vigências, prorrogações e outros;

- * Assessoria e treinamento para servidores para lançamento das informações dos sistemas SINCOV, FNS/SISMOB e SIMEC/PAR, contemplando todas as etapas necessárias desde a elaboração da proposta, a execução com preenchimento de todas as abas imprescindíveis até a prestação de contas, e o término da vigência do convênio com devidos anexos de documentos e relatórios pertinentes;

- * Assessoria e treinamentos para servidores para a inserção de informações relativas às OBTV (Ordem Bancária de Transferências Voluntárias), instruída pelo Decreto nº 7.641, de 2011, convênio, termo de parceria ou contrato de repasse, encaminhada virtualmente pelo SINCOV ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, mediante autorização do Gestor Financeiro do Ordenador de Despesas do conveniente, ambos previamente cadastrados no SICONV, para posterior envio, pelo próprio SIAFI, à instituição bancária que efetuará o crédito na conta concorrente do beneficiário final da despesa;

- * Assessoramento nas complementações dos pareceres decorrentes dos convênios anteriormente citados, até aprovação final dos mesmos.

1.4 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente constituídas que se habilitem com o cadastro de Fornecedores de acordo com o que estabelece este Edital de Tomada de Preços em conformidade com § 2º do artigo 22 da Lei Federal 8666/93.

2. DO CADASTRO

Para efeitos de cadastramento, os interessados deverão apresentar, até o dia 1 de março de 2017 os seguintes documentos: (2.1, 2.2.1 e 2.2.2).

2.1 Declaração que a empresa não detém nenhum menor no seu quadro de funcionários, a não ser menor aprendiz, conforme o modelo instituído pelo Decreto Federal n.º 4.358-02, que atende ao disposto no art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

2.2.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Cédula de identidade dos diretores.

b) Registro Comercial no caso de empresa comercial.

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e) certidão de regularidade da empresa junto ao conselho regional de administração-CRA em vigor.

2.2.2 - REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

c) Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal;

d) Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições com a Fazenda Estadual ;

e) Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipal;

f) Certidão Negativa relativa à Seguridade Social - INSS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei;

g) Certidão Negativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

h) Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT), conforme Lei Federal nº 12.440/11

i) Declaração de Inidoneidade e de Inexistência de fato Superveniente, nos termos do inciso IV, artigo 87 da Lei Federal 8.666/93

j) Comprovação da Junta Comercial ou Declaração assinada pelo contador responsável da empresa sob as penas da Lei, indicando se a empresa participante se enquadra como ME ou EPP e se quiser fazer uso dos benefícios da LC nº 123/06, (ANEXO I);

Obs. No caso de ME ou EPP com início de atividade no ano-calendário corrente, declaração assinada pelo contador responsável da empresa, de que não se enquadra na hipótese do § 10 do artigo 3º da LC 123/06;

2.2.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) A PROPONENTE fica obrigada a comprovar o atendimento das características e funcionalidade estipuladas para a prestação do OBJETO, relacionadas neste Termo de Referência, através do julgamento habilitação, consistindo no atendimento de TODOS os requisitos de funcionalidade previstos neste Termo de Qualificação Técnica (art. 30 da Lei 8.666/93):

- Demonstração de que licitante possui objeto social pertinente ao ramo de negócios do objeto a ser contratado qual seja, de prestação de serviços previstos no OBJETO.
- Profissionais com curso superior em Administração de Empresas, com experiência comprovada, em gestão/coordenação de serviços na esfera municipal e/ou estadual;
- Inscrição no Conselho Regional de Administração, em decorrência das exigências dos treinamentos trazidos no item 1.3, do presente Termo de Referência.
- Profissional de área de Engenharia ou Arquitetura, com inscrição do CREA ou CAU, e RRT ou ART de Responsável Técnico pela Empresa, comprovando vínculo com a empresa, em decorrência das exigências dos treinamentos trazidos no item 1.3, do presente Termo de Referência;
- Apresentar Atestado de Capacitação Técnica nas áreas de Gestão Técnica e Gestão de Recursos Humanos;
- Conhecimento nos processos de Regionalização, instrumentos de gestão e processos de pactuação/negociação relativo a convênios, com a apresentação em lista de contratos atualmente firmados com outros entes;
- Comprovação da aptidão da licitante para a prestação dos serviços previstos no OBJETO, realizada por meio da apresentação de atestados de desempenhos anteriores, registrando que a empresa licitante prestou ou presta serviços destinados ao apoio e à gestão das atividades relativas ao acompanhamento e elaboração de projetos em face de convênios Federais e Estaduais, na área de gestão de recursos financeiros de complexidade igual ou superior à do objeto do certame e os resultados alcançados;

2.2.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com a indicação do n.º do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, cujos índices mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação da fórmula abaixo.

Observação: No caso da empresa não possuir um ano de exercício social, deverá comprovar suas atividades na forma de apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, porém deverá ter, no mínimo, 03 (três) meses de efetiva atividade, comprovada, através de demonstrações contábeis. Neste caso, não fica dispensado o Registro no órgão competente (Junta Comercial).

$$\text{LIQUIDEZ INSTANTÂNEA: } \frac{\text{AD}}{\text{PC}} = \text{índice mínimo: 1,00 (*)}$$

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE: } \frac{\text{AC}}{\text{PC}} = \text{índice mínimo: 1,00 (*)}$$

$$\text{LIQUIDEZ GERAL: } \frac{\text{AC} + \text{ARLP}}{\text{PC} + \text{PELP}} = \text{índice mínimo: 1,00 (*)}$$

PL

GERÊNCIA DE CAPITAIS DE TERCEIROS :----- = índice mínimo: 0,90 (*)

PC + PELP

PC + PELP

GRAU DE ENDIVIDAMENTO: ----- = índice máximo: 0,66 (*)

AT

Onde: “AC = Ativo Circulante; AD = Ativo Disponível; ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo; AP = Ativo Permanente; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo; PL = Patrimônio Líquido.”

Observação: É vedada substituição do balanço por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

b) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento.

c) Certidão Negativa de Protesto de Títulos expedida por Cartório da sede da empresa, bem como de suas filiais, conforme contrato social, com prazo não superior a 30 dias da expedição.

2.2.5 DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) E COOPERATIVA:

a) As ME's, as EPP's e as Cooperativas terão o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/06.

b) Se a participante do certame for ME ou EPP, devidamente comprovada, a documentação de regularidade fiscal poderá ser regularizada após ser declarada a vencedora, ou seja, para a homologação e posterior elaboração do contrato, conforme estabelece a LC 123/06:

d) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

e) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no §1º do artigo 43, da LC 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

f) Na licitação será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as ME e EPP.

g) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

h) As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), também gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e no artigo 34, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que apresentem, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos neste edital.

i) Sendo vencedora, licitante optante pelo benefício da Lei Complementar nº 123/2006 deverá reapresentar planilha com os valores devidamente atualizados em data anterior à homologação, definida pela Comissão de Licitações.

2.3 Os documentos constantes dos itens 2.2.1 a 2.2.4, poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário do Município ou publicação em órgão de imprensa oficial. Sendo que os documentos do item 2.2.2 poderão, ainda, serem extraídos de sistemas informatizados (internet) ficando sujeitos à comprovação de sua veracidade pela Administração.

3. DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS

Os documentos necessários à habilitação e as propostas serão recebidos pela Comissão de Licitação no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados, e identificados, respectivamente como de n.º 1 e n.º 2, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE TOROPI/RS

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2017

ENVELOPE N.º 01 - DOCUMENTAÇÃO

PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

AO MUNICÍPIO DE TOROPI/RS

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 02 / 2017

ENVELOPE N.º 02 - PROPOSTA

PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

3.1 Para a habilitação o licitante deverá apresentar no envelope n.º 01:

a) Certificado de Registro Cadastral atualizado fornecido pelo Município.

b) Os documentos descritos nos itens 2.2.3, 2.2.4;

c) Se o proponente se fizer representar, deverá juntar procuração ou carta de credenciamento, outorgando com poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação.

3.2 A proposta financeira, deverá ser apresentada em um envelope (nº 02 – Proposta Financeira) devidamente fechado e colado, redigida em português claro e legível, não podendo ser manuscrita, sem emendas rasuras ou entrelinhas, em papel timbrado da firma proponente, ou em papel simples com carimbo do proponente.

a) proposta financeira que deverá ser cotada em até no máximo 02 (duas) casas após a vírgula, rubricada em todas as páginas e assinada na última pelo representante legal da empresa, mencionando o preço global para a execução dos serviços, objeto desta licitação, onde deverão estar incluídos todos os custos com material, recursos humanos, fiscais, impostos sendo o valor a ser apresentado não poderá ultrapassar o valor máximo total global de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), sob a pena de eliminação sumária do certame.

Observação 1: o prazo de validade da proposta é de 60 dias a contar da data da assinatura do contrato.

Observação 2: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

4. DO JULGAMENTO

4.1 Esta licitação é do tipo menor preço global por item e o julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, levando em consideração o menor preço global por item, visando selecionar a proposta mais vantajosa para o município;

4.2 Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei n.º 8.666/93;

4.3 Sendo a licitante Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempresa – ME, terá os privilégios da Lei Complementar 123/06, descritos no item 2.2.5 deste Edital, no caso de empate ficto;

4.4 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei n.º 8.666/93, será utilizado o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

5. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

a) Somente serão aceitas as propostas cujo preço ofertado não seja superior a R\$: 4.000,00 para o item 1.

b) Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como preços unitários e/ou global com preços superestimados ou inexequíveis.

6. DOS RECURSOS

Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do art. 109 da Lei n.º 8.666/93.

7. DOS PRAZOS.

O prazo para a execução dos serviços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos até completar 48 (quarenta e oito) meses, conforme interesse das partes.

8. DAS PENALIDADES

8.1 Multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 30 (trinta) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

8.2 Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);

8.3 Multa de 10 % (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos);

Observação: as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

09. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

09.1 O pagamento será efetuado ao licitante vencedor mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal, Fatura ou Duplicata, até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao da prestação do serviço.

09.2 Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço.

09.3 Ocorrendo atraso no pagamento, a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata, mais o IGP-M/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo.

09.4 Serão processadas as retenções previdenciárias e outras que vierem a ser instituídas, quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.

10. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE

a) - O objeto desta licitação terá contrato com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser Renovado / Prorrogado por Iguais Períodos até o Limite permitido pela Lei de Licitações, com Reajuste a cada Doze Meses nos mesmos Índices do I-GPM acumulado no período ou por indexador que venha a substituir este.

Ocorrendo às hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei n.º 8.666-93, e artigo 57, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que documental e suficientemente comprovado o desequilíbrio contratual.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

2021 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA

ELEMENTO DA DESPESA: 39 – 3.3.90.39.00.00.00.0001 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições do presente edital.

12.2 Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação da documentação e propostas ou quaisquer outros documentos.

12.3 Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

12.4 Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e os contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora.

Observação: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da Lei n.º 8.666-93).

13.5 Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários.

13.6 Do contrato a ser assinado com o vencedor da presente licitação constarão as cláusulas necessárias previstas no art. 55, e a possibilidade de rescisão do contrato, na forma determinada nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666/93.

Informações serão prestadas aos interessados no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sextas-feiras, no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Toropi, na Rua Fernando Ferrari, nº 235, fone (55) 3276-7011. O Edital e seus anexos podem ser adquiridos no sítio <http://www.toropi.rs.gov.br>.

LAURO SCHERER

Prefeito Municipal

Toropi, 10 fevereiro de 2017.

MODELO “DECLARAÇÃO MENOR”

DECLARAÇÃO

REF: IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO

-----, inscrito no CNPJ nº-----, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)-----, portador da Carteira de Identidade nº----- e do CPF nº-----
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de Outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Data

Representante legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

MODELO “ABDICAÇÃO DE PRAZO RECURSAL”

REF: IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO

DECLARAÇÃO

-----, inscrito no CNPJ nº-----, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)-----, portador da Carteira de Identidade nº----- e do CPF nº-----
DECLARA, para fins do disposto na Alínea “A”, Inciso I do artigo 109 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, que ABDICA DO PRAZO RECURSAL concordando consequentemente com o prosseguimento do procedimento licitatório, passando-se então a abertura das propostas financeiras apresentadas pelos proponentes devidamente habilitados.

Data

Representante legal

MODELO DE DECLARAÇÃO

EMPRESA VENCEDORA.....,CNPJ.....,ENDEREÇO....., REPRESENTANTE LEGAL...., CPF... RG..., DECLARA que não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

DATA.....

ASSINATURAS

CONTRATO DE SERVIÇOS nº/2017

O Município de Toropi/RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.539.271/0001-82, com sede Administrativa na Rua Fernando Ferrari, nº 235, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **LAURO SCHERER**, com CPF sob o nº 231.533.260-53, Carteira de Identidade sob o nº 8004402866, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Vinte e Dois de Outubro, nº 453, nesta cidade de Toropi/RS, doravante denominado, simplesmente, CONTRATANTE e, de outro lado a empresa, situada na, Município de....., inscrito no CNPJ sob o nº....., doravante designada CONTRATADA, firma o presente contrato de prestação de serviços de mão de obra, referente ao procedimento licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017, tipo menor preço global, Contratação de serviços técnicos profissionais especializados para a prestação de serviços de consultoria, assessoria, prestação de contas de convênios junto ao Governo Federal e Estadual, monitoramento a operacionalização dos sistemas de transferência de recursos (SINCOV, FNS/SISMOB, SIMEC/PAR) com objetivo de captar recursos para a realização de obras e serviços e aquisição de equipamentos para a população do Município de TOROPI – RS.:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O Presente contrato tem por objeto:

A implementação de assessoria junto à captação de recursos tem como propósito, trazer resultados em qualidade e valores a todos os envolvidos nos convênios e projetos de trabalho junto ao Governo Federal e/ou Estadual, auxiliando os executivos, administradores e profissionais, mas, principalmente, aos cidadãos.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Execução

A CONTRATADA executará o objeto do presente contrato atendendo taxativa e rigorosamente as especificações técnicas pertinentes que integram este contrato.

§ 1º - A CONTRATADA obriga-se ainda, além do acima enunciado, a observar todas as determinações emitidas pelo órgão fiscalizador do CONTRATANTE, objetivando a adequada execução dos serviços.

§ 2º - A CONTRATADA assume total responsabilidade pela segurança dos métodos, operação, continuidade de execução e estabilidade dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Início dos serviços.

Os serviços terão início somente após a assinatura deste Contrato e após a emissão da Autorização de Início dos Serviços.

CLÁUSULA QUARTA - Do Valor Do Serviço, Condições de Pagamento e reajuste de preço.

04.1 – O Contratante pagará à Contratada, o valor total de R\$..... (.....).

04.2 – Os preços propostos serão considerados completos, incluindo despesas de viagem, estadia, alimentação, e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais) e qualquer outra despesa não especificada neste contrato.

O pagamento será efetuado ao licitante vencedor mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal, Fatura ou Duplicata, sempre até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao da prestação dos serviços.

§ 1º - Os pagamentos serão efetuados no prazo de 10 dias da protocolização da Nota Fiscal ou Nota fiscal - fatura. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.

O pagamento será efetuado mensalmente.

a) - O objeto desta licitação terá contrato com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser Renovado / Prorrogado por Iguais Períodos até o Limite permitido pela Lei de Licitações, com Reajuste a cada Doze Meses nos mesmos Índices do I-GPM acumulado no período ou por indexador que venha a substituir este,

Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei n.º 8.666-93, e artigo 57, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que documental e suficientemente comprovado o desequilíbrio contratual.

CLAUSULA QUINTA - Dos direitos e obrigações

1- Dos direitos:

Constituem direitos da CONTRATANTE, receber o objeto deste contrato nas condições ajustadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

2- Das obrigações:

2.1 - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) Arcar com os compromissos financeiros de acordo com o estabelecido,

b) Dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

c) Fiscalizar a prestação de serviço por intermédio do profissional competente – Engenheiro, comunicando a CONTRATADA quaisquer fatos que necessitem de sua intervenção.

d) Cumprir o estabelecido no edital convocatório, ainda que não mencionado neste contrato e as demais obrigações estipuladas no mesmo ou estabelecidas em lei particularmente na Lei Federal nº 8.666/93.

e) Efetuar o pagamento pelo serviço prestado sempre até o dia 10(dez) do mês seguinte ao serviço prestado.

f) Manter em seu quadro permanente servidores nas áreas de atuação da assessoria, para que os serviços de assessoria consigam atingir os objetivos que é a melhoria da qualidade do serviço público.

2.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Executar o serviço na forma ajustada.

b) Atender a todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato, obrigando-se a saldá-los na época própria uma vez que seus funcionários não mantém nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

c) Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho.

d) Cumprir os prazos estabelecidos na cláusula terceira deste contrato.

e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

f) A CONTRATADA arcará com ônus das despesas necessárias à execução dos serviços, encargos sociais trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, como também tributos, taxas e tarifas, emolumentos, licenças, alvarás, multas e/ou quaisquer infrações.

g) Cumprir o estabelecido no edital convocatório, ainda que não mencionado neste contrato e as demais obrigações estipuladas no mesmo ou estabelecidas em lei particularmente na Lei Federal nº 8.666/93.

h) A CONTRATADA deverá assumir o compromisso formal de executar todas as tarefas objeto do presente Edital de Tomada de Preços com perfeição e assiduidade, mobilizando, para tanto profissionais capacitados.

i) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus funcionários em serviço, causados a terceiros ou ao patrimônio Público.

CLÁUSULA SEXTA - Dos Recursos

Os recursos necessários ao empreendimento advirão da seguinte dotação orçamentária:

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

2021 – MANter AS ATIVIDADES DA SECRETARIA

ELEMENTO DA DESPESA: 39 – 3.3.90.39.00.00.00.00.0001 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

DA FISCALIZAÇÃO:

a) O objeto desta licitação será fiscalizado pela Secretária Municipal da Administração ou por servidor(es) devidamente designado(s) para este fim e pelo CONTRATANTE, com autoridade para exercer em nome do CONTRATANTE toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

b) A fiscalização poderá determinar a ônus da CONTRATADA a substituição dos serviços julgados deficientes ou não-conformes com as especificações definidas pelo contrato, cabendo à CONTRATADA providenciar a troca dos mesmos no prazo máximo definido pela fiscalização, sem direito à extensão do prazo final de execução dos serviços.

c) A CONTRATADA só poderá iniciar a serviço após assinatura do contrato e mediante o recebimento da “Autorização para Início do serviço”.

d) A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

e) Os gestores desse contrato serão a Secretaria Municipal da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - Das Penalidades

A CONTRATADA sujeitar-se-á as penalidades previstas nos Artigos 77, 78,86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações no que concerne à inexecução total ou parcial do contrato. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA as sanções do art. 86 da mesma Lei e ainda:

a) Multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 30 (trinta) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

b) Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);

c) Multa de 10 % (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos);

d) As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

e) Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago a multa imposta.

f) A CONTRATADA será notificada da aplicação da multa e a partir da notificação terá assegurado o direito de defesa de que trata o § 2º do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93.

CLAUSULA OITAVA – DAS DISCREPÂNCIAS

Havendo discrepâncias e/ou contradições nos estabelecidos nos documentos integrantes do contrato, prevalecerá a seguinte ordem decrescente de importância:

- a) Contrato
- b) Edital de licitação
- c) Orçamento discriminado

CLÁUSULA NONA- Da Rescisão Contratual

O presente contrato poderá ser rescindido pelos motivos e na forma prevista nos Artigos nº 77, 78 e 79 da Lei Federal n.º 8.666/93, decorrendo as consequências definidas no Art. 80 da Lei acima referida, sem prejuízo de quaisquer outras sanções acaso previstas e impostas.

§ 1º - Constitui motivo para rescisão contratual:

- a) Inexecução total ou parcial do objeto do contrato.
- b) O não cumprimento das cláusulas contratuais, ou prazos;
- c) Razões de interesse do serviço público;

§ 2º - No caso do presente contrato ser rescindido pela CONTRATADA serão observadas as seguintes condições:

- a) A CONTRATADA não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo a CONTRATANTE aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes.
- b) A CONTRATADA terá direito a ser reembolsada pelos materiais já fornecidos, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DECIMA - Da Cessão / Transferência

Este contrato não poderá ser cedido e/ou transferido pela CONTRATADA a terceiros, total ou parcialmente, sem expressa e escrita anuência do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DECIMA- PRIMEIRA - Das Situações Não Previstas e Foro

Situações não previstas expressamente neste instrumento e acaso incidentes regular-se-ão pelo contido na Lei Federal n.º 8.666/93, alterada pela Lei 8.893/94

É eleito o Foro da Comarca de São Pedro do Sul/RS para dirimir qualquer controvérsia deste instrumento de Contrato.

E por estarem justos e acertados, firmam este instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante 02 (Duas) testemunhas, responsabilizando-se por todos os seus

termos, por si e sucessores, para que deles decorram os efeitos jurídicos necessários e pertinentes.

Toropi/RS,..... dede 2017

LAURO SCHERER

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Nome:_____

Nome:_____

CIC:

CIC:

RG:

RG:

